

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE
2010:-----**

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e dez minutos, teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1- TOMADA DE POSSE DE 3 ELEMENTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;
- 1.2- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 2010

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2- REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/EMIÇÃO DE PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO MUNICIPAL=DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO;
- 2.3- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO= INDICAÇÃO DE UM CIDADÃO DE RECONHECIDA IDONEIDADE (ALINEA K, DO ARTº 4º DO REGULAMENTO), A DESIGNAR PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PPD/PSD;
- 2.4- ESTUDO JUSTIFICATIVO DA NECESSIDADE DE RECRUTAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DA REGRA CONSTANTE DO ARTIGO 23º DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010= EMISSÃO DE PARECER DEMONSTRATIVO DA OBSERVANCIA DA REGRA;
- 2.5- PROJECTO DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E RESPECTIVA TABELA= APRECIÇÃO E APROVAÇÃO;
- 2.6- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES = RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2009= CONHECIMENTO

III-PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Edite da Conceição Alves da Cruz, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Esmeraldo Ferreira Gomes, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados Paula Francisca Rodrigues Gomes e José Augusto Morais de Sousa, que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

No ponto um ponto um: TOMADA DE POSSE DE TRÊS ELEMENTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, foi dada a posse à Sra. Dra. Dora Isabel Ferreira Pires Martins e à Sra. Dra. Catarina Durão, o Sr. Dr. José Luís Figueiredo não compareceu justificando a falta, tomando posse na próxima Sessão.

No ponto um ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 2010. Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para solicitar que a sua intervenção registada no final da página sete “referente a pagamentos a partir de Julho de 2009” passasse a ter a seguinte redacção “Referente a todos os pagamentos efectuados a partir de Julho de 2009”. Não havendo mais intervenções, passou-se para a votação sendo a acta aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi presente uma proposta da Câmara Municipal, que constitui o anexo nº1 desta acta, onde se propunha novo procedimento a ter com a distribuição aos Srs. Deputados do material constante dos assuntos a tratar nas sessões da Assembleia Municipal.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que tinha sido apanhado de surpresa com a apresentação da proposta, independentemente do seu conteúdo e da sua natureza que poderia merecer a aprovação da maior parte dos Deputados do PS, no entanto gostariam de ter tido tempo para discutir, analisar e eventualmente propor até um ou outro aspecto que pudesse ser melhorado. Na sua opinião a proposta parecia bastante equilibrada, estando quase tudo previsto, mas assim de repente não tinha a certeza que não tivesse escapado algum pormenor. Não sabia se a proposta era para ser discutida e aprovada nesta Sessão ou numa próxima, se fosse nesta Sessão não compreendia porque não foi integrada na Ordem de Trabalhos e teriam assim dois dias para a analisarem. Em princípio e da sua parte estava de acordo, não sabia qual seria a posição dos restantes Deputados da bancada do PS e não via qualquer justificação para ser apresentada de surpresa.

O Sr. Presidente da Assembleia informou o Sr. Deputado que a proposta tinha sido recebida no próprio dia e portanto era impossível tê-la incluído na Ordem de Trabalhos, pelo Regimento o assunto podia ser tratado. Considerou a proposta que ouviu pela primeira vez naquela altura equilibrada e sensata, acrescentando que se houvesse alguma situação que não estava prevista ela seria depois contemplada, não havendo portanto necessidade de adiar a sua discussão. No entanto qualquer situação seria aceitável.

Pedi depois a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz que começou por referir que o assunto da proposta já não era novo, no mandato anterior já tinha sido feita uma experiência idêntica. Achava a proposta equilibrada mas devia ser dada uma oportunidade a alguns Deputados que não dominassem as novas tecnologias para continuarem a receber a documentação em papel. Disse também que na experiência anterior houve alguns problemas devido à falta de identificação dos ficheiros e que havia documentos que não iam completos relativamente ao seu número de páginas.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que focou os procedimentos a seguir e os apoios a dar pela Câmara na implementação desta medida. Disse que as reuniões de Câmara já estavam a ser convocadas e apoiadas com este procedimento, não havendo até agora problemas a registar. Apelou a que se tivesse em consideração a proposta para que a próxima sessão de Setembro pudesse já servir para testar o novo procedimento.

O Sr. Presidente da Assembleia pôs à disposição dos Srs. Deputados a decisão de discutir e votar a proposta nesta Sessão ou numa próxima.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que pessoalmente a preocupação que tinha era não saber a posição dos colegas de bancada mas estes teriam oportunidade de se manifestar. Por ele a proposta justificava-se e tinha toda a razão para ser aprovada mas gostaria que ficasse prevista a possibilidade de na próxima Sessão serem apresentadas eventuais propostas de alteração ou de correcção e que não ficasse o assunto encerrado.

O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que em democracia era sempre tempo de se fazerem propostas de alteração e portanto quando se quisesse apresentar qualquer proposta ela era bem-vinda e discutível propondo então que se procedesse à votação da proposta. Esta votada foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi apresentada uma recomendação (que constitui o anexo nº2 desta acta) aprovada pelo Conselho Municipal de Segurança de SCDão e que o Sr. Presidente da Assembleia considerou de grande importância e actualidade. Disse ainda que a existência de cerca de quarenta elementos dos GIPS em SCDão poderia ser potenciada para actividades de segurança e afins e que para isso se iria colocar esta situação às entidades competentes.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que mais uma vez foi apanhado de surpresa. Pelo que ouviu parecia-lhe que o que se pedia à Assembleia era que diligenciasse no sentido de cumprir a recomendação do Conselho Municipal de Segurança. Desconhecia que diligências poderiam ser feitas pela Assembleia Municipal a não ser que recomendasse o que era solicitado. Estava de acordo a que se encetassem diligências para que a recomendação fosse posta em prática mas desconhecia como.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que o Conselho Municipal de Segurança podia por sua iniciativa dirigir-se às entidades que entendesse, o facto de se ter dirigido à Assembleia Municipal foi para dar conhecimento da situação complicada que existe. Por sua vez a Assembleia é um Órgão Institucional que tem de facto poder para dar a conhecer o problema. Assim a Assembleia assumia também ou não como sua a recomendação e endereçava-a ao Ministério da Administração Interna e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel que começou por dizer que a questão foi tratada na reunião do Conselho Municipal de Segurança e que tinha a ver com questões que preocupavam todos os Santacombadenses, pois registava-se um aumento de criminalidade. Assim foi elaborada a recomendação para que se iniciassem diligências para inverter a situação.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia pôs à votação as conclusões e os considerandos da recomendação do Conselho Municipal de Segurança que foram aprovadas por unanimidade e serão enviadas às entidades atrás referidas.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu depois as inscrições para os Srs. Deputados fazerem as suas intervenções neste Período. Registou-se a inscrição dos Srs. Deputados: Esmeraldo Gomes, Manuel Morais e Leandra Cordeiro.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Esmeraldo Gomes este fez a intervenção que constitui o anexo nº3 desta acta, fazendo parte integrante da mesma.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Manuel Morais que focou as questões colocadas pela Sra. Deputada Leandra Cordeiro na última sessão da Assembleia quando disse que uma das boas políticas na área da juventude do Governo do Sr. Eng. Sócrates era o aumento dos estágios profissionais, por isso perguntava à Sra. Deputada se o actual executivo não tinha feito também estágios profissionais? O Sr. Presidente da Câmara como qualquer outro gostaria de dar trabalho a todos os nossos jovens que se formassem, mas muitas vezes isso é impossível. Disse que este executivo tinha fomentado algumas actividades para a juventude (desportivas e culturais). A Sra. Deputada até venceu bem que eram milhares de jovens, concordava plenamente, só não disse quais foram as centenas ou dezenas de jovens que foram empregados nestes últimos anos através das políticas de juventude deste executivo. Ficou na dúvida. Terminou a sua intervenção dizendo que estava ali não para criticar as pessoas mas apenas para seguir uma ideologia e uma maneira de estar na sociedade.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Leandra Cordeiro que fez a intervenção que constitui o anexo nº 4 desta acta fazendo parte integrante da mesma. Antes e porque foi referida na intervenção anterior respondeu dizendo ter ficado contente quando a intervenção que fez na anterior sessão deu mote a que as pessoas reflectissem sobre o assunto e ficassem mais despertas para as situações, porque se havia governos que pouco faziam para minorar as diferenças regionais, outros havia que as agravavam e as acentuavam.

Passou-se de seguida para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que solicitou a autorização para que antes de se debruçar sobre o assunto, pudesse responder à intervenção do Sr. Deputado Esmeraldo Gomes feita no período anterior onde o acusou de promover a desigualdade entre a sede do Concelho e as aldeias. Lembrava ao Sr. Deputado que haveria alguma incoerência uma vez que o PS defendia a construção de um único Centro Educativo em SCDão e por questões que tinham a ver com a desertificação das aldeias se optou pela construção de três, também havia incoerência quando a decisão do Governo era encerrar escolas com menos de 21 alunos promovendo a desertificação das aldeias, também havia incoerência quando se falava em coesão nacional e depois se promovia o encerramento de Centros de Saúde, de postos da GNR e de outros serviços públicos especialmente no interior quando no litoral isso não acontecia. Achava que era preciso e quando se fazem certas acusações estar bem escudado

e não ter telhados de vidro. Em relação aos prédios degradados nas aldeias, o Sr. Deputado devia saber que não é fácil adquirir prédios onde por vezes não se sabe quem é o dono ou quando há vários herdeiros sendo quase impossível reuni-los e conseguir consensos para a aquisição dos prédios. A Câmara tem promovido vistorias no sentido de demolir casas que representam perigo para a via pública. A Câmara está atenta a esses pormenores, havendo no entanto questões que não conseguia resolver e que nenhum Presidente da Câmara consegue resolver, é aquilo que não lhes compete fazer e não têm meios para o fazer e que essencialmente dependem do Governo Central. Por exemplo não existem leis que permitam que os Municípios adquiram os prédios devolutos e não é da competência da Câmara elaborar essas Leis e outras medidas que eventualmente pudessem promover essa tal coesão social que todos têm interesse em ter. Debruçou-se de seguida sobre a actividade do Município e sobre a sua situação financeira conforme a documentação já distribuída aos Srs. Deputados e que considerava já bastante clara. Focou o erro existente novamente na informação sobre a classificação de obras por administração directa. Em relação à Ecopista do Dão referiu o atraso das obras e lembrou que a sua actual utilização é indevida e as pessoas que a utilizam o fazem por sua conta e risco.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Esmeraldo Gomes para dizer que contestava a afirmação feita pelo Sr. Presidente da Câmara quando disse que havia da parte dele incoerência nas suas afirmações, culpou o poder central em parte pela desertificação existente, mas o Sr. Presidente da Câmara não esteve com atenção ao que foi dito pois foi exactamente a mesma coisa passando a ler o que disse. Em relação à dificuldade de comprar os edifícios devido à existência de muitos herdeiros, isso podia acontecer em situações pontuais. Havia uma situação que o Sr. Presidente conhecia, que revelava de algum modo pouco interesse em resolver as situações, na povoação da Gestosa o anterior Presidente da Câmara adquiriu à cerca de 6,7 anos um conjunto de 3 casas velhas junto à Capela que mandou demolir para o espaço ser recuperado e transformado em espaço público. Ora se o Sr. Presidente da Câmara tivesse vontade de resolver o problema já tinha tido tempo para isso e portanto não podia alegar dificuldades em adquirir os terrenos para ser impedido de fazer o que quer que seja. Pelo visto é falta de vontade e se há incoerência não é da parte dele.

Para responder o Sr. Presidente da Câmara disse que a demolição já foi feita pelo actual executivo e está em preparação um projecto, o assunto não está esquecido, agora há prioridades e a Câmara vai-as definindo e oportunamente o largo será arranjado.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Esmeraldo Gomes para dizer que o que foi feito agora foi acabar de demolir uma casa de que resta ainda parte. O espaço já tinha sido demolido anteriormente e agora foram retiradas as pedras dos restos dos edifícios que lá estavam.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho que se referiu ao projecto do canil municipal. O PS apoia todo o projecto até porque é uma questão de saúde pública que está em causa. Perguntava a sua localização, se é um projecto que abrange mais Municípios, o valor da obra e a sua responsabilidade, se para além do projecto acústico abrangia outro projecto de área ambiental. Por se estar a referir ao ambiente aproveitava para em seu nome e em nome da bancada do PS endereçar os parabéns e desejos das maiores felicidades ao Sr. Professor Salvador Massano Cardoso, Presidente da Assembleia Municipal pela recente nova nomeação como Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana de Coimbra. Propôs que na Assembleia Municipal se criasse um grupo inter-parlamentar para debater e inter-ligar todos os problemas do ambiente e qualidade de vida existentes no Concelho. Achava ser uma boa aposta.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu e aproveitou para dizer que já há muito tempo deveria existir em SCDão um canil e gatil.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que o assunto já tinha sido abordado numa das sessões anteriores, acrescentando que também será gatil. Será localizado no limite do Concelho com o Carregal do Sal junto à antiga estrada 234 tendo já sido adquirido o terreno, será intermunicipal, abrangendo os concelhos de SCDão, Tábua, Carregal do Sal, Tondela e Mortágua. O projecto prevê a recuperação das águas de lavagem, pretendendo-se que a energia a ser utilizada seja produzida no local (talvez uma ventoinha eólica ou painéis foto voltaicos). O projecto está a ser elaborado com todo o cuidado e o seu custo ainda não está determinado, sendo custeado pelos cinco Municípios que criarão um sistema próprio de recolha dos animais. Pretendia-se também que fosse uma associação a criar ou já criada que gerisse o canil. Cada uma das Câmaras contribuirá com uma quota e a associação fará o seu trabalho pretendendo-se que seja quase auto sustentável. A obra será feita por concurso público e como se localiza no nosso Concelho será com certeza lançada pela Câmara de SCDão.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que e por ser muito moroso o projecto para a construção do canil perguntava se nunca foi equacionada outra solução para tentar controlar o número de animais abandonados e vadios, alguns já nascidos em pleno abandono e que são cada vez mais frequentes. Relativamente aos cães que para além de perigo para a saúde pública, representam também perigo para a segurança das pessoas, pois em certos locais constituem-se verdadeiras alcateias que se tornam perigosas, quando agora há cada vez mais pessoas que têm o hábito salutar de fazer caminhadas por sítios que por esta razão se tornam perigosos, assim gostava de saber se esterilizar as cadelas abandonadas ficaria tão caro que seja inviável, isto no caso dos canídeos pois no caso dos gatos será mais difícil mas também não eram tão perigosos.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por referir que a Câmara tinha uma veterinária municipal com graves problemas de saúde, era uma situação que não gostava de abordar mas há situações de baixas consecutivas e idas a juntas médicas. A Sra. tem procurado a aposentação mas não a tem conseguido, isso seria bom para a funcionária e também para a Câmara pois poderia ter-se depois um veterinário com outra capacidade física e com outra resposta para fazer esse trabalho. A esterilização é cara mas sendo feita pela Câmara e em grande escala ficaria de certeza mais barata. Este sistema não é fácil de implementar e irá tentar-se acelerar o projecto de construção do canil para tentar resolver os problemas.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel que começou por dizer que algumas das questões que queria colocar já tinham sido respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara, continuou dizendo que os Santacombadenses se sentem muito orgulhosos das iniciativas que acontecem, não sendo no entanto razoável chamar para si os louros que afinal são património de quem desenvolve as iniciativas, isto em relação à referência às actividades do Conservatório de Música e Artes do Dão, porque de facto são iniciativas dele, sendo bom e desejável que a Câmara se associe, fazer a divulgação é também uma situação que lhe compete, mas o trabalho de ensinar é daquela instituição. Perguntou depois e relativamente ao espaço cortado devido à construção da rotunda no Largo do Balcão na área em frente ao edifício das Finanças e pertencente à Direcção Geral do Património do Estado se a Câmara fez alguma diligência em relação à ocupação da área cortada. Quanto à situação financeira e à gestão do pessoal referiu que se pretendia contratar pessoal conforme o ponto 2.4 agendado na Ordem de Trabalhos, mas devido ao encerramento de dez escolas e onze jardins de infância o pessoal que lá estava em serviço não irá ser aproveitado para os Centros Educativos ou outros serviços da Câmara? Por efeito do PSF está

cortada a possibilidade de contratar mais recursos humanos e talvez não se possa estar a criar expectativas às pessoas quando a Câmara está limitada por esta dificuldade.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que em relação à referência que foi dada ao trabalho do Conservatório lembrou o Sr. Deputado Fernando Abel que este só existe porque a Câmara se associou e o promoveu, funciona em instalações da Câmara, não paga um euro pela utilização das instalações, portanto não percebia o porquê de a Câmara não se poder associar às actividades do Conservatório. Disse também que grande parte do êxito do Conservatório se devia essencialmente à promoção feita pela Câmara nas AEC da disciplina de Educação Musical, a maior parte dos professores nas AEC leccionam no Conservatório e portanto foi para aproveitar esta mão-de-obra especializada que se fundou o Conservatório e também para aproveitar o talento dos jovens. Portanto se o Sr. Deputado sente alguma inveja relativamente à Câmara se associar a estas actividades não a devia sentir, devia estar orgulhoso, a Câmara não é do PS é do PSD, mas acima de tudo é dos Santacombadenses e sendo destes quando a Câmara tem responsabilidades neste tipo de organização o Sr. Deputado também devia estar orgulhoso disso. Em relação à área em frente às Finanças cortada pela execução da rotunda, perguntava quem é que mantinha e usava o jardim que foi cortado. Há mais de 30 anos que aquele jardim é tratado pela Câmara sendo um espaço público, não estando vedado, seria tão fácil fazer uma justificação notarial e passar a sua posse para a Câmara, mas isso nem foi necessário, as Finanças não precisam daquele espaço para nada, havendo aqui mais uma vez questões de politiquice caseira completamente desnecessárias. Ali até havia uma cabine telefónica, a PT não pediu às Finanças autorização para a sua colocação. Achava ser um falso problema, não era necessário fazer qualquer pedido e portanto isso não foi feito. Em relação ao quadro de pessoal a questão será discutida como o Sr. Deputado disse noutra ponto da Ordem de Trabalhos mas gostava de dizer o seguinte: as pessoas com certeza que irão para os Centros Educativos, mas nos quadros das escolas encerradas o pessoal existente não é só da Câmara Municipal, também há pessoal do Ministério da Educação e estes já estão numa idade que lhes permite ir para a reforma e quando isso acontece o Ministério e o Governo não fazem a sua substituição e é a Câmara que tem que o fazer e o Sr. Deputado pensa que é transferida alguma verba adicional para isso? Nada é transferido. Portanto o Sr. Deputado fica a saber que relativamente ao número de funcionário da Câmara provavelmente ir-se-á ter o mesmo número porque somos obrigados a substituir estes lugares que pertenciam ao Ministério.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz que começou por dizer que quando se proclama tanta coerência, também era urgente falar verdade e neste caso não é dizer que os Deputados do PS são contra os Centros Educativos, de maneira alguma, isso já foi dito dezenas de vezes e está registado, portanto fazer uma afirmação destas é que é ser incoerente. A questão é o seu valor e não a necessidade dos Centros Educativos, nunca essa necessidade foi posta em causa pelos Deputados do PS. Há várias variáveis tomadas pela Câmara Municipal e que o PS discordava e uma delas determinante é o custo. Gostava de dizer ao Sr. Presidente que nunca lhes tinha ouvido dizer que a sua opção seria a construção de um Centro Educativo, não era verdade e quando foi tomada a decisão de construir os Centros Educativos nunca ninguém lhes perguntou qual era a sua opção, não sendo portanto oportuno nesta altura estar a discuti-la.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que era preciso ter descaramento para fazer uma afirmação daquelas. Haverá muitas testemunhas nas sessões da Assembleia Municipal que ouviram várias vezes dizer que a opção do PS era a construção de um ou dois Centros Educativos, sendo uma das opções transformar a Escola EB 2/3 no Centro Educativo de SCDão. Tinha que manifestar a sua indignação.

Pediu de seguida a palavra a Sra. Deputada Leandra Cordeiro para dizer que não era só o Sr. Deputado Boto Martins que era precioso no Português, quando falou nos Centros Educativos afirmando “tomá-los como opções totalmente erradas” isto também não tinha sido ela que o disse. Se concordam em parte com eles as opções não são totalmente erradas, isto também é um problema de Português que deve exigir alguma cautela.

Não havendo mais intervenções neste ponto passou-se de seguida para o ponto dois ponto dois: REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/EMIÇÃO DE PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO MUNICIPAL=DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o Regulamento aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO= INDICAÇÃO DE UM CIDADÃO DE RECONHECIDA IDONEIDADE (ALINEA K, DO ARTº 4º DO REGULAMENTO), A DESIGNAR PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PPD/PSD.

Pediu a palavra a Sra. Deputada Inês Matos para em nome do Grupo Parlamentar do PPD/PSD indicar o cidadão José Dias da Costa para fazer parte do Conselho Municipal de Segurança. Esta indicação posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: ESTUDO JUSTIFICATIVO DA NECESSIDADE DE RECRUTAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DA REGRA CONSTANTE DO ARTIGO 23º DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010= EMIÇÃO DE PARECER DEMONSTRATIVO DA OBSERVANCIA DA REGRA.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por ler o Art.º23º da Lei do Orçamento para 2010. Havendo dúvidas quanto à interpretação deste artigo foi pedido um parecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que respondeu que estava prevista para breve a publicação do futuro Decreto da Assembleia nº23/XI e nesse sentido não era necessária a emissão deste parecer por parte da Assembleia Municipal para a contratação de pessoal. No entanto e porque o processo já estava em andamento o executivo achou por bem trazer o assunto à Assembleia Municipal. Realçou o trabalho e estudo feito pelos Recursos Humanos da Câmara Municipal. A dúvida de que a caducidade dos contratos a prazo para a contagem da regra dos dois por um não fizesse parte da contagem não tinha razão de existir pois se para a contratação de pessoal estes contratos contavam também deviam ter o mesmo tratamento quando caducavam. Este era também o parecer da ANMP e que agora ficava sem efeito com a aprovação da nova Lei que iria ser publicada brevemente. Lembrou também que grande parte do número de funcionários a admitir se destinavam à área do Ensino e o Ensino era mesmo uma das áreas previstas como excepcionais. Disse que a Câmara independentemente da decisão a ser tomada, logo que a nova Lei fosse publicada iria promover a abertura dos concursos.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que face ao exposto pelo Sr. Presidente da Câmara e face ao carácter desnecessário da discussão desta temática propunha que este ponto fosse retirado da Ordem do Dia e fosse então debatido se for o caso quando fosse publicada a nova legislação. A opinião do PS não coincidia com a opinião do Sr. Presidente da Câmara, isto era normal, frequente e absolutamente democrático. Quanto ao PS não era lícita a extrapolação da regra da aplicação dos dois por um para as desvinculações dos contratos a termo certo. Se assim for o número de funcionários desvinculados e constantes do documento da Câmara diminuía em 32 o que não permitiria a contratação dos pretendidos 21 funcionários. O parecer da ANMP não lhes parecia tão categórico e assertivo, pois a indicação de “afigura-se-nos” é prova disso. Se houvesse outro parecer de outra entidade que os pudesse convencer a que a sua interpretação estava errada o caso seria diferente nesta matéria. Havia ainda depois

a situação de incumprimento do PSF que previa a redução de cerca de 24 funcionários durante o seu período de vigência. Esta posição não tinha nada a ver com a circunstância necessária ou desnecessária do recrutamento, consideravam que este era necessário ao funcionamento dos serviços mas não podiam subscrever um processo em que esse recrutamento podia conter alguma ilegalidade. Não podiam só para agradar ao Sr. Presidente da Câmara mudar as suas opiniões e pôr de parte os receios de alguma ilegalidade no processo. Informou que iriam apresentar uma declaração de voto onde eram indicadas as razões da sua posição.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por dizer que a bancada do PSD não concordava de todo com a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Boto Martins quanto à retirada da Ordem de Trabalhos deste ponto. Lembrou que a Lei actualmente em vigor, antes da aplicação da Lei do chamado PEC2 exigia a tomada de posição da Assembleia Municipal neste assunto. Depois e não obstante as questões e dúvidas que o PS e muito bem podia colocar sobre este assunto havia que ter em atenção que esta proposta abrangia sobretudo pessoal que irá prestar serviço nas escolas e o PSF que corre no Município não pode nunca pôr em causa a prossecução das atribuições do Município e uma delas é exactamente a educação, senão provavelmente iríamos ter os membros da bancada do PS e toda a população a reclamar a prossecução destas tarefas porque estaria a prejudicar os seus filhos. Não se estava a pedir o cometimento de uma ilegalidade, se houver dúvidas a esclarecer elas terão que ser esclarecidas mas reiterava que o PSD não concordava com a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel que começou por dizer que o PS não estava ali para criar dificuldade e leu o Art.º9º da Lei, sabia que o Art.º10º também tinha algo a ver com o assunto mas não o tinha à mão, o PS não estava ali para levantar qualquer tipo de dificuldade o que não queriam era que a Autarquia por ventura pudesse cair numa ilegalidade.

Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que estranhava pois o Art.º9º referia-se ao Estado e as Autarquias são órgãos independentes do Estado e têm um artigo próprio que é o 10º e era este que tinha de ser aplicado lendo-o de seguida. Focou ainda e no caso das Autarquias Locais as condições excepcionais para se poder efectuar um recrutamento de pessoal e todas estas condições estão a ser observadas e cumpridas. Talvez não tenha sido muito claro quando apresentou a situação, mas o que queria transmitir era que se não quisesse trazer o assunto à Assembleia teria aguardado algum tempo até à publicação do novo decreto. Fazia nesta altura todo o sentido ter o assunto na Assembleia pois assim todos ficavam a ter conhecimento do mesmo. A intenção da regra do dois por um era baixar a despesa e o que estava a apresentar era a saída de 41 funcionários e a entrada de 21, logicamente que a despesa global iria baixar. Havia que ocupar os lugares que eram fundamentais e de que se necessitava. Achava correcta a interpretação da ANMP. Focou que no futuro poderá haver situações de contratualização de serviços devido à saída de pessoal e caso isso seja vantajoso.

Pediu de seguida a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz que por considerar algumas situações pouco claras pediu esclarecimentos, primeiro sobre a justificação que foi fornecida e que considerava muito aquém do que a Lei solicita. Esta solicita um estudo completo das necessidades que a Autarquia reflecte, nomeadamente na acção educativa, esta justificação poderia e deveria estar bem mais clara, não duvidava da necessidade dos 10 funcionários, o que se pretendia era minimizar despesas, se as escolas funcionaram até agora com os Auxiliares de Acção Educativa, porque era agora necessário o seu aumento, sabia que havia funcionários que se tinham reformado e contratos que terminavam, mas seria mais claro e não haveria dúvidas se o estudo contemplasse todo este tipo de situações. Outra questão que lhe fazia alguma confusão era a Portaria 1049 que tem data de 2008 e o PSF foi aprovado em 2009 querendo isto dizer que

quando foi feito o PSF já se sabia da necessidade de mais funcionários para os Centros Educativos, até porque estes já eram uma realidade, portanto porque não foi previsto no PSF uma excepção em relação à Educação. Quanto a ela isto denotava alguma falta de cuidado na gestão, gestão pouco cuidada que a levava agora a ter dúvidas e a ter aquele tipo de discussão e a pôr em causa alguns princípios.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que se havia falta de cuidado isso era da parte da Sra. Deputada porque não fazia contas e não queria saber, apenas lhe interessava fazer aquele tipo de acusações. Claro que nessa altura sabiam de quantos funcionários precisavam para os Centros Educativos, mas também não devia ter dúvidas de que havia uma redução de pessoal e nada do que está no estudo diz o contrário, saem 41 e entram 21. Havia de certeza uma redução de pessoal e nos Centros Educativos, contando com os que são do Ministério, se a Sra. Deputada somar o total que havia na totalidade das escolas e comparar o número dos actualmente ao serviço ele é bem menor. Neste caso havia uma economia de escala, não tinha que estar a explicar tudo e mais alguma coisa, já foi acusado pela bancada do PS de tratar mal alguns funcionários da Câmara, mas afinal é a bancada do PS que está sempre a pôr em causa as informações dadas pelos serviços da Câmara. A informação foi dada com o cuidado que devia ter e cumpria a Lei, isso era o que os funcionários tinham de fazer, não mais do que isso, se os Srs. Deputados querem mais informação devem dirigir-se à Câmara.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para solicitar um esclarecimento porque o Sr. Presidente da Câmara efectivamente diz que não há dúvida nenhuma sobre uma redução do número de funcionários, saem 40 e entram 20, mas para saírem 40 e entrarem 20 é necessário que haja este concurso ou este recrutamento? Qual é a razão porque o facto de haver este procedimento dá origem a que haja essa redução e não havendo essa redução seja impossibilitada.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse não ter entendido bem a pergunta, mas o que lhe queria dizer era o seguinte: não tem dúvidas que há redução, o que lhe estava a dizer era que saíram 40 e entravam 20. Nesta altura e do seu lugar o Sr. Deputado tentou esclarecer que o que pretendia saber era se era necessário haver o concurso, estabelecendo-se a seguir algum diálogo que o Sr. Presidente da Assembleia não deixou continuar. Continuando a responder o Sr. Presidente da Câmara disse que aquele procedimento tinha que ser feito pois não era possível renovar os contratos anteriormente existentes ou contratar directamente, podia-se também abrir um concurso para contratos a termo mas dizia ao Sr. Deputado: a Câmara tinha pessoas nas escolas com contrato a termo determinado há seis anos e não se dava agora oportunidade a essas pessoas para concorrer a um contrato a termo indeterminado, não era agora uma questão de justiça as pessoas estarem seis anos contratadas, já provaram que serviam bem o seu papel, achava bem que essas pessoas fossem deitadas para o lado? As pessoas já não podiam ter mais contratos a termo determinado e vão ter agora essa oportunidade, não estava a garantir que entrassem pois tratava-se de um concurso, mas tinham essa oportunidade, podiam concorrer e ter outro tipo de vínculo com a Câmara, era uma questão de justiça achando que esta questão não estaria presente na vossa mente quando se põem questões deste tipo na Assembleia.

Não havendo mais intervenções o parecer demonstrativo da observância da regra foi posto à votação sendo aprovado por maioria com 19 votos a favor (16 do PPD/PSD e 3 do PS- Srs. Deputados Hélder Dias, Fernando Costa e José Cruz) e 8 votos contra do PS. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado Manuel Leitão.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para ler uma declaração de voto que constitui o anexo nº5 desta acta e que faz parte integrante da mesma.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: PROJECTO DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E RESPECTIVA TABELA= APRECIÇÃO E APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou ter o Regulamento passado já pelo período de discussão pública, tendo havido duas propostas de alteração que foram já aprovadas e nele incluídas. O Regulamento vinha agora à Assembleia para ser votado e depois ser publicado para que entre em vigor. Não havendo pedidos de intervenção o Regulamento foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES = RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009= CONHECIMENTO. Não havendo pedidos de intervenção foi considerado que a Assembleia tomou conhecimento do Relatório.

Para que a deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi lida de seguida a minuta da Acta desta Sessão que posta à votação foi aprovada pela unanimidade dos Srs. Deputados presentes. Não se encontravam presentes na altura da votação os Srs. Deputados César Branquinho e Boto Martins.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pedi a palavra o Sr. Júlio Figueiredo de Pinheiro de Ázere que falou sobre descentralização relacionada com assimetrias locais. Focou a situação de todas as Freguesias do Concelho e toda a sua população fazerem parte integrante da cidade de SCDão, historiando a apresentação da proposta para elevação a cidade na Assembleia da República. Face a esta situação considerou que os habitantes da Freguesia de SCDão se podiam considerar privilegiados pois têm ao seu redor equipamentos e estruturas que as outras Freguesias não têm fazendo todas parte da cidade. Considerou que antes de se considerar qualquer processo de regionalização deve haver uma descentralização para que todos sintam a preocupação dos dirigentes autárquicos em lhes assegurar níveis semelhantes de conforto e desenvolvimento. Em SCDão pelo contrário parece que a intenção é centralizar dando o exemplo das Marchas Populares que no seu entender deviam actuar também nas Freguesias pelo menos alternadamente. Focou depois as placas identificativas à entrada de cada localidade com o seu nome bem como na meia lua inferior da mesma cidade de SCDão e não Concelho de SCDão como outrora, uma boa razão para se acreditar que a Cidade é mesmo de todos e não apenas de alguns.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Jorge Pereira do Granjal, Freguesia de Treixedo que começou por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por puder chamar a si alguns louros na questão do Conservatório pois foi uma aposta ganha. Dar também os parabéns pela ajuda dada pela Câmara na recuperação do pavimento da Capela de Nagozela devido à cedência de materiais. Já não podia dar-lhe os parabéns no que se referia ao pedido feito para a ajuda com materiais nos trabalhos a realizar na Capela do Granjal que foi indeferido devido a dificuldade financeiras. Por isso perguntava se não devia haver mais igualdade nestes processos. Estava triste por não ter sido atendido o pedido que teria sido uma boa ajuda. A Capela do Granjal nunca teve obras que tivessem tido apoio da Câmara ou de fundos comunitários como aconteceu

com a Capela de Nagozela. Perguntava se o Granjal só servia para se ir lá explorar a água, aproveitando para alertar que o terreno envolvente ao sítio das termas estava uma selva.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção informando que a Assembleia Municipal não tinha capacidade para resolver a situação pois esta era da competência do executivo solicitando por isso ao Sr. Presidente da Câmara que esclarecesse o Município.

O Sr. Presidente da Câmara disse que não se lembrava da recusa do pedido, acreditava que sim mas a situação podia ser rectificada. Confirmou a cedência de materiais para a Capela de Nagozela mas não se recordava do pedido do Granjal. Por vezes acontece que há cedência dos materiais porque estes existem em stock. Agendou para o dia seguinte um encontro e ida ao Granjal para verificar as necessidades e caso pudessem ajudar, ajudavam. Em relação ao local junto às termas informou que o mesmo já foi limpo este ano duas vezes, só que as condições climatéricas não têm ajudado.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão pelas dezassete horas e trinta minutos dela se lavrando a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Proposta aprovada pela
comunidade, mas referir
a fontes próprias.
S. Alves

ANEXO n.º 1

J. Almeida
10/10/09

PROPOSTA

Desmaterialização dos documentos de apoio às sessões da Assembleia Municipal

À Assembleia Municipal,

Um dos objectivos estratégicos do Município de Santa Comba Dão, definidos a propósito do SIADAP, é a contribuição de todos os serviços e de todos os trabalhadores para o cumprimento do regime de saneamento financeiro ao qual está submetido. Também no âmbito da orgânica administrativa e financeira, é objectivo imperioso a racionalização de recursos. Para se alcançar tais objectivos, deve começar-se por uma utilização parcimoniosa dos recursos materiais, dando especial importância à poupança de papel.

A poupança de papel é, como bem se sabe, um imperativo categórico do século XXI, não só por questões financeiras/económicas, mas também por motivos de índole ecológica e, conseqüentemente, por questões de sustentabilidade. São hoje conhecidas, em todo o mundo, as conseqüências dos gastos exagerados de papel, nomeadamente os consecutivos abates de árvores e, portanto, a destruição de florestas que são, como bem se sabe, os "pulmões do planeta Terra". Cabe a todos nós, na senda do desenvolvimento sustentável, garantir às gerações vindouras a possibilidade de uma vida com qualidade, pelo que é nossa obrigação poupar os recursos, especialmente os não renováveis.

É neste âmbito que as TIC's desempenham um papel fundamental, na medida em que permitem que a informação circule e chegue aos seus destinatários a um custo muito mais baixo para as instituições e para o ambiente.

Por tudo isto, proponho a desmaterialização dos documentos de apoio às sessões da Assembleia Municipal, através da criação, no portal da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, de uma área reservada aos membros da mesma, onde estes poderão

NOME	CONTACTOS		DOCUMENTOS NO PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL NA ÁREA RESERVADA À ASSEMBLEIA
	TELEFONE	E-MAIL	
Salvador Manuel Correia Massano Cardoso			Assinatura
João Duarte Boto Martins			
Fernando Marques Veloso			
César Fernando Lima Branquinho			
Paula Francisca Rodrigues Gomes			
Edite da Conceição Alves Cruz			
Inês Maria Varela Matos			
Joaquim Pereira Rodrigues			
Pedro Miguel Soares Veloso			
José Augusto Morais Sousa			
Carla Maria Pereira de Sousa			
Luis Artur Loureiro Pereira			